

IPTU EM DADOS



SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	04
1. CONTEXTUALIZAÇÃO	07
1.1. Dimensionando o IPTU	09
1.2. Os grandes números do IPTU	14
2. METODOLOGIA	15
2.1. Definição dos objetivos	15
2.2. Limpeza de dados	17
2.3. Procedimentos	17
2.4. Da base aos analistas	19
2.5. Enriquecimento de dados e definições conceituais	21
2.6. Painel IPTU em Dados	24

3. ANÁLISE DOS DADOS	25
3.1. Cota única ou parcelada?	25
3.2. Faixas Financeiras	27
3.3. Universo da Arrecadação	29
3.4. Qualificando tipologicamente	31
3.5. Territorializando	35
3.6. Mapas de cobrança e arrecadação	42
3.7. Mapas de inscrições por tipologias	44
4. PERFIL DE LOCALIDADE	50
5. CONCLUSÃO	60
6. REFERÊNCIAS	62



INTRODUÇÃO

Em 27 de junho de 1808, o Príncipe Regente da então Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, capital do Brasil colônia, decretou o “imposto da décima dos prédios urbanos”:

(...) Os proprietarios de todos os predios urbanos que estiverem em estado de serem habitados, desta Corte e de todas as mais Cidades, Villas e Logares notaveis situados á beiramar neste Estado do Brazil e de todos os meus Domínios, menos os da Asia que pela decadencia em que se acham, merecem esta isenção, e os que pertencem às Santas Casas das Misericórdias, pela piedade do seu instituto, pagarão daqui em diante annualmente para a minha Real Fazenda 10% do seu rendimento liquido.¹

Mesmo diante de tantos eventos históricos e transformações sociais, este imposto permaneceu na realidade fiscal da cidade e hoje o chamamos de Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), previsto no artigo 156, I, da Constituição Federal e amparado pelo artigo 32 do Código Tributário Nacional, de 25 de outubro de 1966.

O IPTU é de grande importância para a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro e viabiliza a implementação de ações, projetos e políticas públicas. Ele representa 11% das receitas anuais da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro.

Para além das questões financeiras, o IPTU é uma forma de olhar para a cidade do Rio de Janeiro. Uma cidade cujo apelido é maravilhosa justamente por suas belezas naturais. Belezas estas que, por outro lado, evidenciam sua localização em uma área com uma geografia complexa, com montanhas, lagoas, rios, baixadas



praias e outras formações difíceis para assentamentos urbanos. São desafios que fazem o Rio ter altos custos para implementação e conservação de sua infraestrutura básica, como habitação, saneamento e mobilidade.

O Rio também é conhecido pelo seu povo, pelo carnaval, pela música e pelo futebol. São atividades que prosperam enquanto vocações de uma população diversa, porém, sócio-economicamente desigual. Por muitos anos a cidade ainda necessitará de investimentos públicos para que haja um equilíbrio nas oportunidades e condições de vida.

Todas essas características da cidade do Rio de Janeiro se manifestam no território. Este é o ponto nodal entre a compreensão da realidade urbana e a compreensão da realidade do IPTU. Existe, portanto, um universo material, palpável, que pode ser entendido sob a ótica do imposto.

Porém, o que significa o IPTU na perspectiva da gestão pública municipal de uma cidade - que é uma metrópole - como o Rio de Janeiro? Como explicar para o cidadão a importância de pagar seus impostos? Como conectar o pagamento “daquele boleto” aos investimentos e custeos de políticas públicas feitas por uma Prefeitura? De que forma explicar para os servidores públicos, além dos que atuam em órgãos fazendários e de controle, a magnitude do orçamento municipal e o peso do IPTU?

Orientado por essas perguntas amplas, o Laboratório de Inteligência Fazendária (Lab.Faz) liderado pelo Instituto Fundação João Goulart, se debruçou sobre a base de dados do IPTU.

Atualmente, o banco de dados serve aos propósitos de identificação, cobrança e controle. O exercício de assumir esses dados e adaptá-los às intenções das ciências comportamentais orientadas à alta gestão foi complexo. Foi preciso definir conceitos, construir métricas de análises e recorrer não só à literatura



sobre IPTU, mas também sobre a produção da cidade do Rio de Janeiro. Isso não seria possível sem a transdisciplinaridade, que é fundamento do Instituto Fundação João Goulart.

Por meio dos dados do IPTU, estabelecemos formas inéditas de apresentar a cidade do Rio de Janeiro. Neste relatório, descrevemos os desafios enfrentados na preparação dos dados, na construção de perspectivas e na definição de um produto a ser entregue à alta gestão da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro e aos cidadãos cariocas.



1. CONTEXTUALIZAÇÃO

Em 2023, o Lab.Faz, Laboratório de Inteligência Fazendária ligado ao Instituto Fundação João Goulart (FJG), teve acesso à base de dados do IPTU da Cidade do Rio de Janeiro. Foi o primeiro passo de uma jornada analítica. É comum que se confunda o acesso a uma base de dados com o alcance direto às informações desejadas. Porém, diferentemente de uma obra pronta, a base de dados é a matéria prima para a construção de perspectivas analíticas.

Desse modo, as informações e análises contidas neste relatório não foram simplesmente “descobertas”. Elas são fruto de um artesanato intelectual promovido pelas ciências de dados, exatas e sociais. As perspectivas pelas quais os números do IPTU da Cidade do Rio de Janeiro serão apresentados aqui foram cuidadosamente construídas de forma transdisciplinar com a participação de servidores públicos de diferentes formações e trajetórias de vida.

Não caberia, por exemplo, entender esses números descontextualizando-os do tempo, do espaço, dos eventos sociais e da população. E tais contextualizações foram amparadas por abordagens econômicas, estatísticas, históricas, geográficas e sociológicas. Em outras palavras, o esforço que inaugura este trabalho é o de entender o IPTU em meio a uma realidade pautada por comportamentos, materialidades, significados e, principalmente, pessoas/cidadãos.

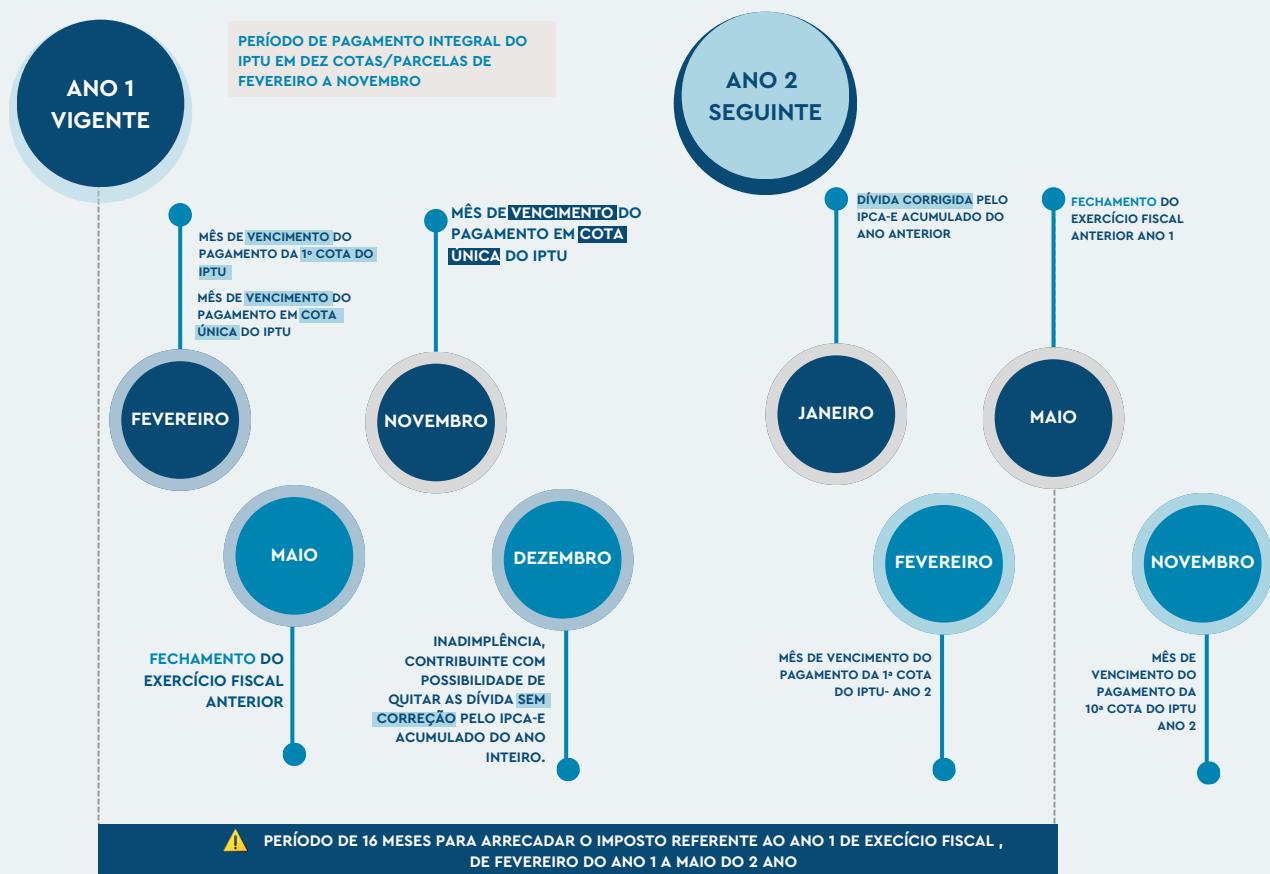
O recorte temporal escolhido foi de um ano. No caso, o ano de 2022, pois se tratava do período mais recente quando a equipe começou a se debruçar sobre os dados, em janeiro de 2023.

Inicialmente é importante entendermos sobre o fluxo de exercício fiscal de arrecadação do IPTU, construído a partir do entendimento do Lab.Faz.



Como podemos ver na figura 1, o fluxo começa em fevereiro e termina em maio do ano seguinte. Isso ocorre, pois o mês de maio é o mês no qual as inscrições inadimplentes do ano anterior são inscritas em dívida ativa.

Figura 1: Fluxo de exercício fiscal de arrecadação do IPTU



Elaborado por CDC | Lab.Faz

A primeira cota é a cota única, isto é, um boleto com o valor inteiro de IPTU a ser pago pelo cidadão naquele ano. Por estratégias fiscais e comportamentais, a Prefeitura oferece desconto de 7% para que o cidadão pague em cota única. Sendo assim, parte da diferença entre valor total cobrado pelo município em um determinado ano e o valor total arrecadado vem desse desconto. Ou seja, parte dessa diferença não é fruto de inadimplência, mas sim um valor do qual a Prefeitura abre mão de receber. Esse é um dado importante, pois dissocia a noção de valor não arrecadado do conceito de inadimplência.



Caso o cidadão não deseje pagar em cota única, há também a possibilidade de pagar, sem desconto, parcelado mensalmente durante 10 meses.

No processo de coleta de dados referenciamos os valores e as inscrições somente ao ano estudado (2022). Ou seja, ao mencionarmos arrecadação não constará quem pagou o IPTU de 2021 no ano de 2022, nem quem pagou o IPTU de 2022 no ano de 2023.

Cabe agora iniciarmos o estudo do IPTU sob uma perspectiva ampla antes de nos aprofundarmos.

1.1. Dimensionando o IPTU

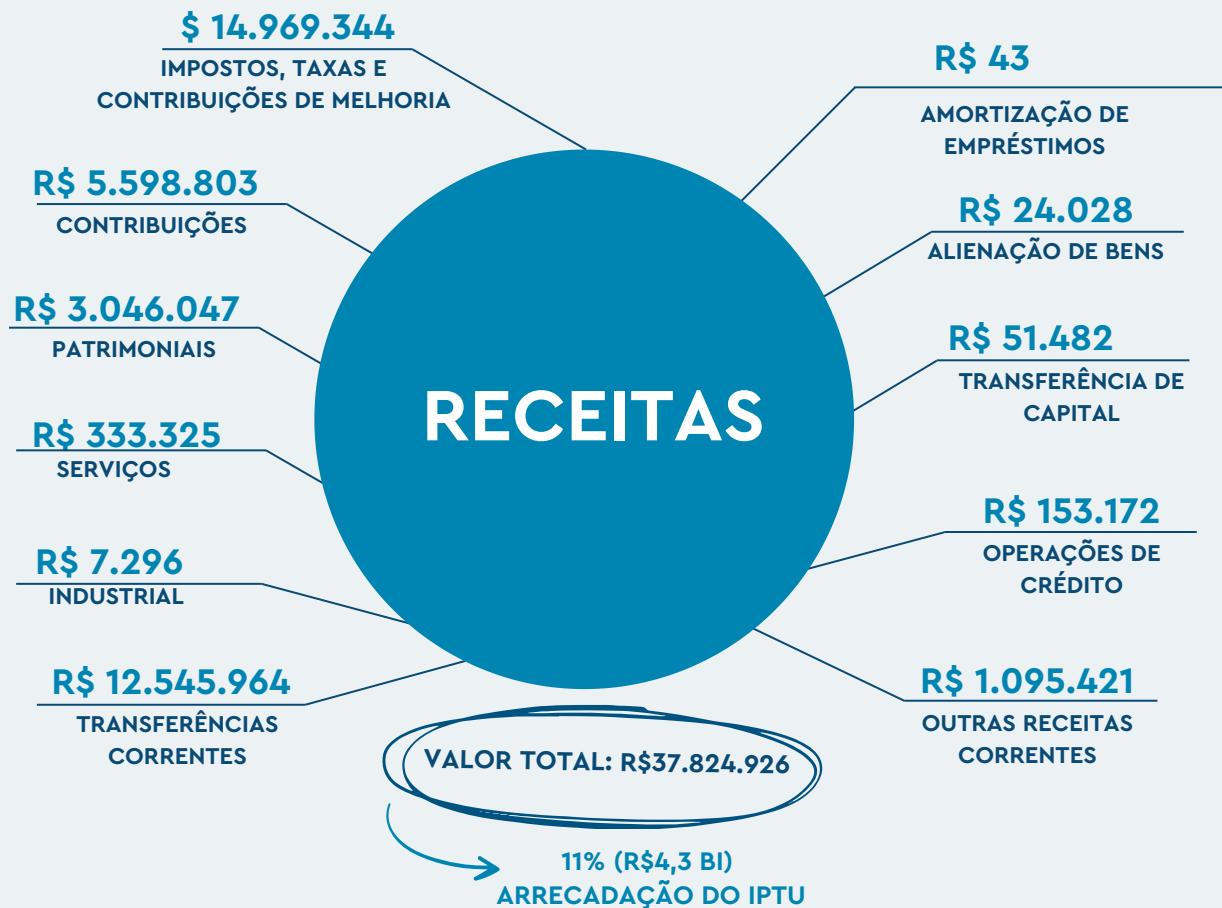
Vamos começar trazendo grandes números do IPTU, a partir de dados já disponíveis em relatórios anuais da Controladoria Geral do Município (CGM) com a prestação de contas da Prefeitura. A importância de apresentá-los está em situar o imposto na realidade de receita do município do Rio de Janeiro.

Ao olharmos para todas as receitas da Prefeitura do ano de 2022 (figura 2) chegaremos ao valor de aproximadamente **38 bilhões de reais**. Toda a arrecadação do IPTU correspondeu a aproximadamente **4,3 bilhões de reais**. Ou seja, a parcela de contribuição de arrecadação deste imposto corresponde a **11%** de toda a receita do município.

Importante notar que o valor total de IPTU cobrado pelo município em 2022 foi da ordem de **6 bilhões de reais**, ou seja, aproximadamente de **1,7 bilhões de reais** não foram arrecadados até o fechamento do ano.



Figura 2: Receitas Arrecadadas por origem (em milhares)

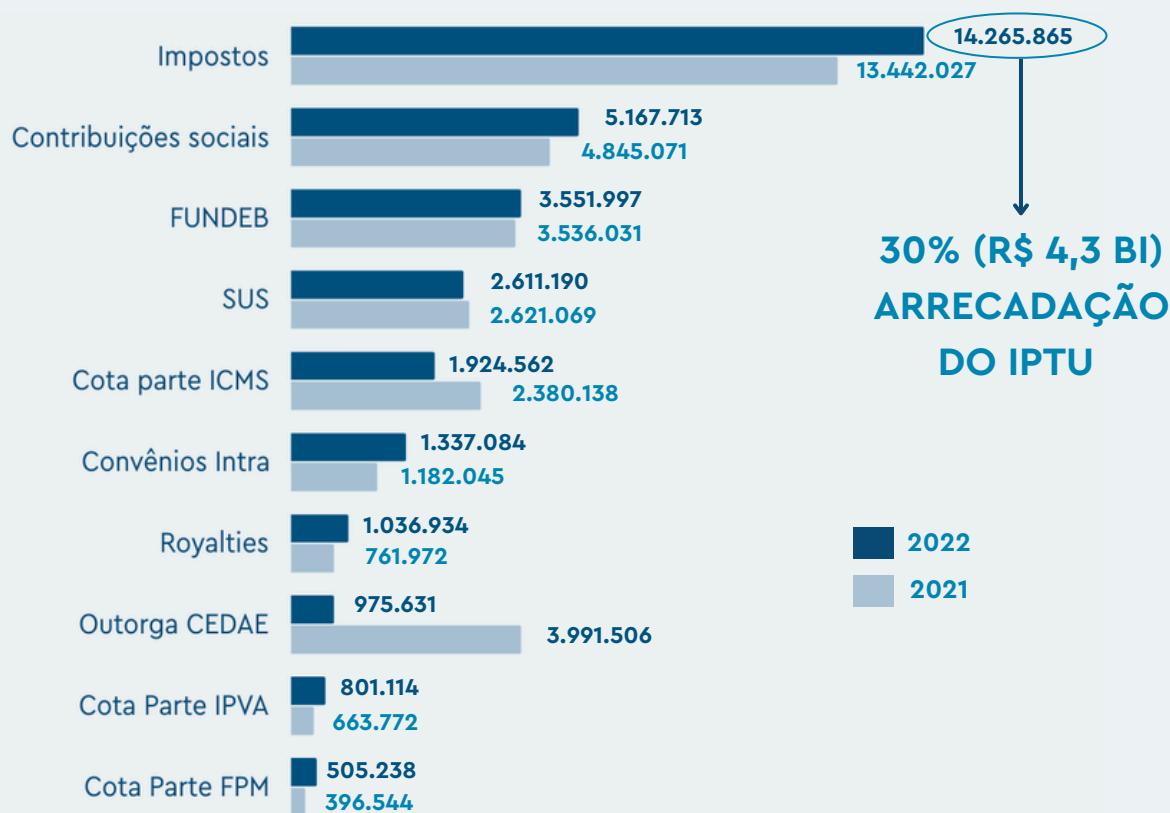


Fonte: Livro Oficial da Prestação de contas da CGM.

Dentre as linhas de receita, observa-se, portanto, que a mais importante é justamente a dos Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria (aproximadamente 15 bilhões de reais). Deste montante, os Impostos (gráfico 1) são 14,2 bilhões e, deste valor, a contribuição do IPTU corresponde a 28%.



Gráfico 1: Maiores Receitas Arrecadadas em 2022 (em milhares)

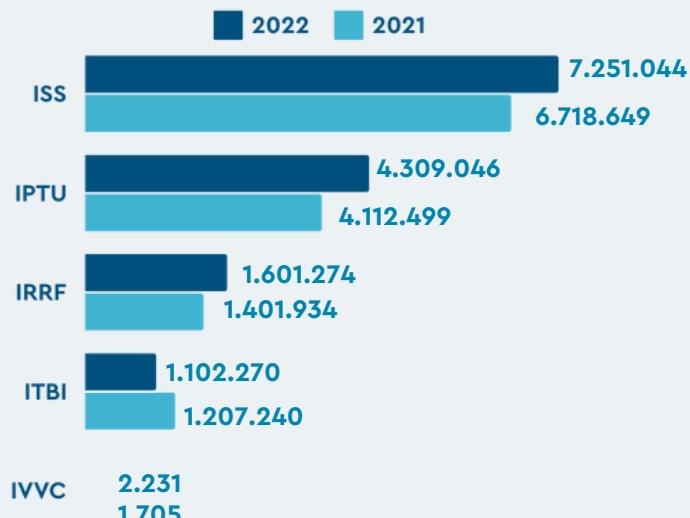


Fonte: Livro Oficial da Prestação de contas da CGM.

Nota-se que o IPTU é o segundo imposto financeiramente mais relevante no município, atrás apenas do Imposto Sobre Serviços (ISS), o qual representa aproximadamente 50% de toda a receita de impostos, como pode ser observado no gráfico 2.



Gráfico 2: Receitas de Impostos (em milhares)



Fonte: Livro Oficial da Prestação de contas da CGM.

Mas o que significam esses valores? Quando estamos falando de números na casa dos bilhões, existe uma dificuldade natural em mensurá-los, dado que não conseguimos relacionar com valores que encontrarmos em nosso dia a dia. Assim, buscamos relacionar estes bilhões com os custos de outras iniciativas palpáveis ao cidadão. Vamos, então, a alguns exemplos. Quatro bilhões de reais é equivalente:

I) Aos investimentos para construção de dois BRT Transbrasil

Figura 3: Construção de BRT Transbrasil

The screenshot shows a news article from O GLOBO. The header reads "Corredor que liga 18 bairros, BRT Transbrasil começou a funcionar na manhã desta sábado". Below the headline, there is a short text: "Inicialmente, as viagens funcionam de 10h às 15h, mas a previsão é que essa grade se amplie ainda neste semestre".

Fonte: Jornal O Globo 5



II) Quatro vezes o investimento do BNDES no transporte público da cidade em 2023.

Figura 4: Investimento do BNDES em Transporte Público



Fonte: Rádio Agência Brasil⁶

III) 40 vezes o que foi investido na construção do Parque Piedade

Figura 5: Construção do Parque Piedade



Fonte: Jornal G1⁷



1.2. Os grandes números do IPTU

Em 2022, o universo de IPTU foi da ordem de **6 bilhões** de reais em **1,2 milhões** de inscrições mobiliárias não isentas.

O valor médio do imposto cobrado sobre todas as inscrições não isentas do IPTU foi de **5,1 mil** reais.

Toda a arrecadação do IPTU no ano de 2022 foi de aproximadamente **4,3 bilhões** de reais em **899.599 inscrições** e seu valor médio por inscrição foi de **4,7 mil** reais.

1,8 bilhões de reais arrecadados foram de inscrições residenciais que somaram **694.354 unidades**.

2 bilhões de reais arrecadados foram de inscrições não residenciais que somaram **189.749 unidades**.

279 milhões de reais arrecadados foram de inscrições de terreno que somaram **15.496 unidades**.



2. METODOLOGIA

Após mensurarmos de forma geral o IPTU na realidade fiscal e de gestão do município, é possível imergir no presente estudo de forma menos abstrata e explicar como foi a metodologia deste trabalho.

Os métodos, estruturas de análises, abordagens e reflexões tiveram que ser construídos sem grandes referências de estudos semelhantes. É importante pontuar que sua construção só foi possível mediante a criação de um setor de inteligência fazendária (o Lab.Faz) na estrutura da Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento e liderada pelo Instituto Fundação João Goulart, que tem se empenhado na produção e divulgação de estudos e publicações que ressignificam números para a população carioca. A exemplo das publicações do Carnaval de Dados (2021, 2022, 2023), Réveillon em Dados (2023), Índice Frangão Carioca (2022, 2023 e 2024) e o Mapeamento de Burocracia Representativa da Prefeitura do Rio (2024).

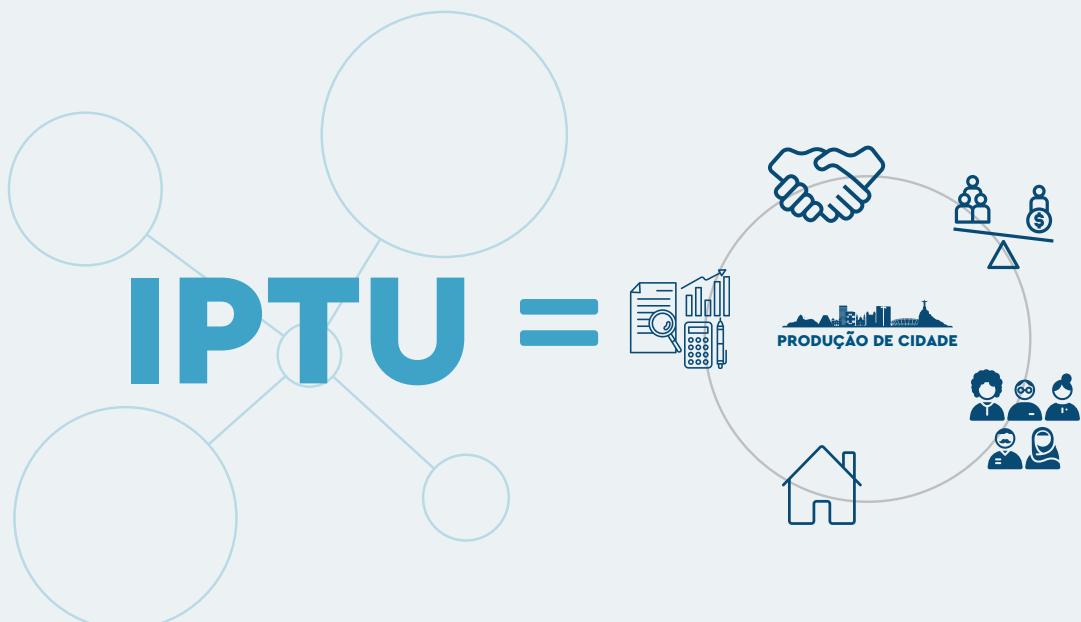
2.1. Definição dos objetivos

Como o contexto é o da Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento, a atenção se voltou para o aumento da arrecadação. Esse foi um dos principais motivos para termos acesso à base de dados. Porém, o aspecto transdisciplinar da equipe nos levou a olhar para além das informações de caráter eminentemente fiscal dessa arrecadação.

A maturidade construída ao longo das análises e das trocas coletivas nos levou a pensarmos o IPTU enquanto um imposto intimamente ligado às dinâmicas urbanas e socioculturais, bem como aos diferentes significados atribuídos aos diversos tipos de imóveis. Nesse sentido, olhar para a cidade seria um movimento incontornável para se construir uma perspectiva cuidadosa sobre os dados do IPTU.



Figura 6: IPTU para além dos números



Ao complexificarmos os olhares sobre o IPTU, surge um horizonte de ações mais conscientes à gestão. Em outras palavras, cria-se fundamentos para a implementação de políticas públicas mais adequadas à realidade da cidade.

Outro objetivo caro ao estudo foi a identificação de perfis de bairros a partir da construção de métricas que categorizem grupos, territórios ou tipos.

Por fim, o trabalho busca comunicar ao cidadão para que ele se reconheça ao olhar para a cidade. O custo e o esforço de criar, recriar e manter uma cidade como o Rio de Janeiro é alto. No sentido de informar o cidadão, entendemos como uma oportunidade de construir novos significados para o IPTU a partir dessas análises.



Esses propósitos orientaram os processos técnicos relacionados aos dados. Eles serão descritos a seguir.

2.2. Limpeza de dados

A limpeza e análise do banco de dados do IPTU da Cidade do Rio de Janeiro apresentou uma série de desafios significativos pela ausência de documentação da base. A falta de um dicionário de dados ou de qualquer guia explicativo sobre a estrutura e o relacionamento entre as tabelas deixou o processo bastante trabalhoso. A saída escolhida pela equipe foi uma abordagem de engenharia reversa. Esta exigiu um investimento considerável na investigação e na interpretação da lógica subjacente ao banco de dados.

Foi necessário realizar uma série de testes e validações, usando consultas experimentais, para assegurar que estávamos acessando e combinando os dados corretamente. Tal processo de validação foi além da identificação de chaves únicas e super-keys (explicaremos a seguir), pois demandou uma compreensão do contexto e do significado dos dados dentro das tabelas específicas do IPTU. Foi um processo marcado por um intenso escrutínio que exigiu da equipe resiliência e criatividade.

2.3. Procedimentos

Esta seção descreve os procedimentos executados durante a análise da estrutura do banco de dados.

1. Consultas de Experimentação e Validação:

- Inicialmente, realizamos uma série de consultas de experimentação. Estas consultas foram projetadas para explorar a estrutura do banco de dados, testar hipóteses sobre a relação entre as tabelas e entender a natureza dos dados armazenados.



- A fase de validação envolveu a verificação da precisão dos dados obtidos nas consultas experimentais. Isso incluiu a comparação dos resultados com amostras de dados conhecidos, a fim de assegurar a consistência e a exatidão das informações coletadas.

2. Identificação de uma Super-Key:

- A identificação de uma super-key foi um passo crucial no processo. Uma super-key é uma combinação de colunas que pode ser usada para identificar de forma única cada registro no banco de dados.
- A descoberta da super-key permitiu consolidar os dados de maneira eficiente, evitando duplicidades e garantindo a integridade dos registros. Esse entendimento foi fundamental para criar uma visão unificada e precisa dos dados do IPTU.

7

3. Foco em Dados de Contribuintes Não Isentos:

- Optamos por concentrar nossa análise em dados de contribuintes não isentos de IPTU⁸, pois representam uma parte significativa da base tributária e são cruciais para a compreensão da eficácia da política fiscal.
- A exclusão de contribuintes isentos ajudou a simplificar a análise e a focar nos aspectos mais relevantes da arrecadação e da conformidade fiscal.



2.4. Da base aos analistas

No propósito de facilitar a análise ao maior número possível de profissionais, foi preciso simplificar as informações. Portanto, criamos uma tabela em .xls com agrupamentos que filtrassem apenas duas colunas numéricas: “valor cobrado” e “total de inscrições”. Todas as outras colunas constituem filtros sobre esses dois valores: “bairro” e “AP” (Área de Planejamento), para identificá-los territorialmente; “tipologia”, “utilização principal” e “tipo”, para palpabilizarmos os imóveis e seus usos; “natureza” e “faixas” para dimensionarmos o usuário; e “situação”, para situarmos os perfis em adimplência ou inadimplência.

A construção dessa tabela facilitou o processo de validação de dados e tornou a análise mais simples e objetiva, favorecendo o aspecto transversal da equipe Lab.Faz.



Tabela 1: Exemplo de tabela de dados agregados do IPTU

AP	Bairro	Tipo	Tipologia	Utilização Principal	Natureza	Faixa	Valor Total	Inscrições
AP-1	BENFICA	NÃO RESIDENCIAL	GALPAO	INDUSTRIA	CPF	entre R\$10.000,01 e R\$100.000,00	R\$ 17.427,47	4
AP-1	BENFICA	NÃO RESIDENCIAL	GALPAO	INDUSTRIA	CNPJ	entre R\$10.000,01 e R\$100.000,00	R\$ 63.729,74	1
AP-1	BENFICA	NÃO RESIDENCIAL	INDUSTRIA	INDUSTRIA	CNPJ	entre R\$100.000,01 e R\$1.000.000,00	R\$ 542.912,00	21
AP-1	BENFICA	NÃO RESIDENCIAL	LOJA	SUPERMERCADO	CPF	entre R\$1.000,01 e R\$10.000,00	R\$ 3.710,54	1
AP-1	BENFICA	NÃO RESIDENCIAL	SALA	NAO RESIDENCIAL	CNPJ	entre R\$100.000,01 e R\$1.000.000,00	R\$ 3.710,54	30
AP-1	BENFICA	NÃO RESIDENCIAL	TELHEIRO	NAO RESIDENCIAL	CPF	entre R\$1,00 até R\$1.000,00	R\$ 239,75	1
AP-1	CAJU	TERRENO	TERRENO	NULL	CNPJ	entre R\$100.000,01 e R\$1.000.000,00	R\$ 356.821,00	11
AP-1	CATUMBI	RESIDENCIAL	APARTAMENTO	RESIDENCIAL	SEQUENCIAL	entre R\$1.000,01 e R\$10.000,00	R\$ 8.175,20	18
AP-1	CENTRO	NÃO RESIDENCIAL	APARTAMENTO	ESCRITORIO	SEQUENCIAL	entre R\$10.000,01 e R\$100.000,00	R\$ 36.882,67	18
AP-1	CENTRO	NÃO RESIDENCIAL	CASA	NAO RESIDENCIAL	SEQUENCIAL	entre R\$100.000,01 e R\$1.000.000,00	R\$ 376.685,66	30
AP-1	CENTRO	NÃO RESIDENCIAL	CASA	NAO RESIDENCIAL	CNPJ	entre R\$100.000,01 e R\$1.000.000,00	R\$ 187.197,27	17
AP-1	CENTRO	NÃO RESIDENCIAL	CLUBE	NAO RESIDENCIAL	CNPJ	entre R\$1.000.001,00 e R\$10.000,00	R\$ 3.627.898,00	3
AP-1	CENTRO	NÃO RESIDENCIAL	ESPECIAL	BAR/CAFE/LANCHONETE	CPF	entre R\$100.000,01 e R\$1.000.000,00	R\$ 320.763,00	30
AP-1	CENTRO	NÃO RESIDENCIAL	ESPECIAL	HOTEL	SEQUENCIAL	entre R\$10.000,01 e R\$100.000,00	R\$ 53.739,59	2
AP-1	CENTRO	NÃO RESIDENCIAL	ESPECIAL	HOTEL	CPF	entre R\$10.000,01 e R\$100.000,00	R\$ 37.335,50	4
AP-1	CENTRO	NÃO RESIDENCIAL	LOJA	ARMAZEM/DEPOSITO	CPF	entre R\$10.000,01 e R\$100.000,00	R\$ 15.092,04	4
AP-1	CENTRO	NÃO RESIDENCIAL	LOJA	BAR/CAFE/LANCHONETE	CNPJ	entre R\$100.000,01 e R\$1.000.000,00	R\$ 139.098,81	11
AP-1	CENTRO	NÃO RESIDENCIAL	LOJA	INDUSTRIA	CPF	entre R\$10.000,01 e R\$100.000,00	R\$ 44.882,00	11
AP-1	CENTRO	NÃO RESIDENCIAL	LOJA	INDUSTRIA	CNPJ	entre R\$1.000,01 e R\$10.000,00	R\$ 6.409,00	1
AP-1	CENTRO	NÃO RESIDENCIAL	SALA	TEMPLO	CNPJ	entre R\$1.000,01 e R\$10.000,00	R\$ 2.986,00	1
AP-1	CENTRO	NÃO RESIDENCIAL	SOBRELOJA	BANCO	SEQUENCIAL	entre R\$10.000,01 e R\$100.000,00	R\$ 20.631,13	1
AP-1	CENTRO	NÃO RESIDENCIAL	SOBRELOJA	ESCRITORIO	CPF	entre R\$10.000,01 e R\$100.000,00	R\$ 76.757,00	13
AP-1	CENTRO	RESIDENCIAL	SALA	RESIDENCIAL	SEQUENCIAL	entre R\$1.000,01 e R\$10.000,00	R\$ 3.478,00	4
AP-1	CENTRO	TERRENO	TERRENO	NULL	CNPJ	entre R\$1.000.001,00 e R\$10.000,00	R\$ 4.703.361,82	34
AP-1	CIDADE NOVA	NÃO RESIDENCIAL	CASA	OFICINA	CNPJ	entre R\$10.000,01 e R\$100.000,00	R\$ 14.329,00	2
AP-1	CIDADE NOVA	NÃO RESIDENCIAL	COLEGIO/CRECHE	COLEGIO/CRECHE	CPF	entre R\$1.000,01 e R\$10.000,00	R\$ 3.970,00	1
AP-1	CIDADE NOVA	NÃO RESIDENCIAL	LOJA	RESTAURANTE	CNPJ	entre R\$1.000,01 e R\$10.000,00	R\$ 1.605,85	1
AP-1	CIDADE NOVA	RESIDENCIAL	ESPECIAL	RESIDENCIAL	SEQUENCIAL	entre R\$1.000,01 e R\$10.000,00	R\$ 5.258,62	2
AP-1	ESTACIO	NÃO RESIDENCIAL	ESPECIAL	SUPERMERCADO	CPF	entre R\$10.000,01 e R\$100.000,00	R\$ 20.747,52	1
AP-1	ESTACIO	NÃO RESIDENCIAL	VAGA DE GARAGEM	NAO RESIDENCIAL	CNPJ	entre R\$10.000,01 e R\$100.000,00	R\$ 11.047,90	28
AP-1	ESTACIO	RESIDENCIAL	CASA	RESIDENCIAL	SEQUENCIAL	entre R\$10.000,01 e R\$100.000,00	R\$ 23.058,36	28
AP-1	ESTACIO	RESIDENCIAL	CASA	RESIDENCIAL	CPF	entre R\$10.000,01 e R\$100.000,00	R\$ 51.543,79	52
AP-1	GAMBOA	NÃO RESIDENCIAL	CASA	INDUSTRIA	CPF	entre R\$1.000,01 e R\$10.000,00	R\$ 2.673,74	1
AP-1	GAMBOA	NÃO RESIDENCIAL	CASA	NAO RESIDENCIAL	SEQUENCIAL	entre R\$1.000,01 e R\$10.000,00	R\$ 3.883,31	2
AP-1	GAMBOA	NÃO RESIDENCIAL	CASA	NAO RESIDENCIAL	CNPJ	entre R\$1.000,01 e R\$10.000,00	R\$ 5.060,69	1

Elaborado por CDC/Lab.Faz.



2.5. Enriquecimento de dados e definições conceituais

Existem inúmeras formas de se compreender uma cidade. Algumas pessoas podem entendê-la unicamente como resultado de processos econômicos; outros podem entender como uma etapa de evolução tecnológica; ou, às vezes, como fruto de relações com a natureza local. Neste estudo, partimos do pressuposto de que uma cidade é produzida.

A produção de cidade pode ser entendida enquanto um conjunto de movimentos que (re)criam espaços urbanos. Seja na apropriação cultural de uma praça ou em uma grande obra de infraestrutura, esses movimentos atualizam dinâmicas de ordenamento, mobilidade, significação dos espaços e, principalmente, para este projeto, a construção e a utilização de imóveis.

O entendimento da produção da Cidade do Rio de Janeiro oferece perspectivas fundamentais ao estudo do IPTU. O exercício de tirar do abstrato as inscrições e os nomes dos bairros, levando-os ao chão da cidade, possibilitam a identificação de perfis de bairros e de usuários.

Trata-se de olhar para o IPTU considerando os movimentos ocorridos em espaço e tempo cariocas. A consciência de que a cidade é produzida implica reconhecer que as suas características físicas, sociais, econômicas e culturais não são simplesmente o resultado de processos naturais ou espontâneos, mas são moldadas por escolhas técnico políticas e processos históricos, por decisões em níveis macro e micro.

Tal exercício nos orientou na criação de conceitos, métricas e dimensões. A escolha e o emprego dos rótulos (tipologia, utilização principal, situação, área de planejamento, faixa de valor, bairro e natureza) é uma forma de traduzir transformações espaciais – e, consequentemente, sócio-econômicas – por meio do IPTU. É um olhar que nos permite construir iniciativas mais sensíveis à realidade do contribuinte, bem como estreitar os vínculos entre planejamento urbano e arrecadação de impostos.



No contexto do IPTU do município do Rio de Janeiro, o entendimento da produção de cidade pode revelar como os movimentos urbanos têm se conectado com a cobrança e arrecadação desse imposto. Vias públicas, redes de água e esgoto, eletricidade e transporte público podem ser alguns indicativos da qualidade das formas de habitar a cidade e são resultantes de escolhas. Ao entendermos que a gestão pública finda ou produz lugares (des)valorizados entenderemos também o tipo de imposto que estamos gerando em cada lugar da cidade.

A figura 8 é um modelo simplificado do processo complexo que vincula as decisões do gestor à arrecadação do IPTU.

Figura 7: Representação esquemática da produção de cidade



Elaborado por CDC/Lab.Faz.

Após compreender que a cidade existe em constante processo de produção e que o IPTU responde a esse processo foi possível definir conceitos (tabela 2) que nos permitiram construir perspectivas sobre os dados.



Tabela 2: Conceitos e definições

CONCEITO	DEFINIÇÃO
Inscrição	Unidade primária de análise. Todas as métricas criadas aqui serão mensuradas em número de inscrições e o valor monetário agrupado correspondente a ele.
Adimplente	Inscrição que terminou o ano sem qualquer dívida de IPTU.
Inadimplente	Inscrições com parcela(s) pendente(s) de pagamento no dia 1º de dezembro do corrente ano.
Arrecadação	Valor monetário recebido pela Prefeitura.
Cobrança	Valor monetário cobrado pela Prefeitura.
Dívida	Valor monetário cobrado e não recebido pela prefeitura.
Residencial	Lugar usado para residir.
Não Residencial	Lugar que não é usado para residir.
Tipologia	Tipo de construção (apartamento, galpão, casa, loja etc.)
Utilização Principal	Como o local está sendo usado.
Tipo	Agrupamento entre utilização principal e tipologia que caracteriza inscrições residenciais, não residenciais e terrenos.
Faixas	Faixas de valores monetários cobrados por inscrições.
Natureza	Cada inscrição é referenciada a uma pessoa física ou jurídica. Na base são encontrados, portanto, inscrições de natureza CPF, CNPJ, além de registros não identificados.
Proporção Financeira	Divisão do valor das inscrições não residenciais pelo valor das inscrições residenciais – resulta em uma proporção de quantas inscrições residenciais valem uma inscrição não residencial.
Proporção Numérica	Divisão do número das inscrições residenciais pelo número de inscrições não residenciais.
Comprometimento de Renda	Cálculo que mede o comprometimento de renda por meio do valor cobrado residencial e a renda per capita de cada bairro.

Elaborado por CDC/Lab.Faz



2.6. Painel IPTU em Dados

Após esse amplo exercício de compreensão do universo do IPTU na produção da Cidade do Rio de Janeiro, fez-se necessária a criação de um modelo de abordagem. Em suma, é constituído por três eixos que permitem interpretar o número de inscrições e o valor monetário com mais palpabilidade diante do município. Tal modelo caracteriza financeiramente - por meio de faixas de valor (R\$) -, qualifica por utilização principal, tipologia e natureza, e territorializa por bairros e Áreas de Planejamento (AP).

Todo o universo de análise disponível ao presente estudo parte desses três eixos. É um universo vasto, o qual não é simples de ser visualizado. Para tal, criamos o Painel do IPTU em Dados. Trata-se de uma ferramenta interativa que permite abordar as informações deste imposto IPTU de forma multifacetada. O Painel foi construído para permitir as análises que fundamentaram o estudo presente neste relatório, bem como para uso gerencial interno na Prefeitura.

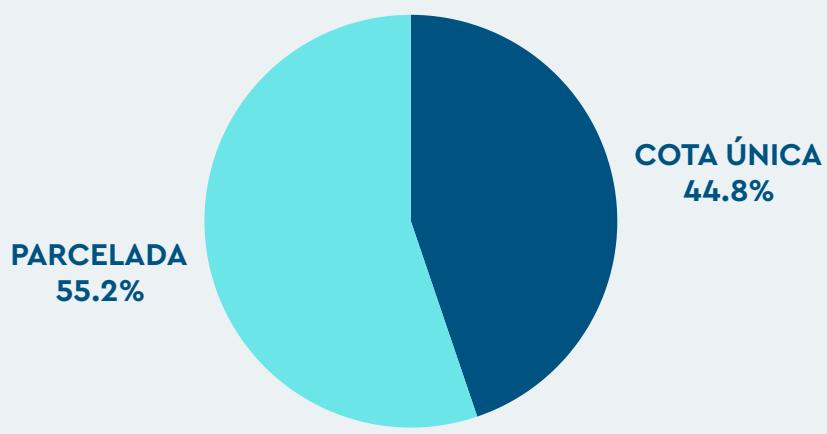


3. ANÁLISE DOS DADOS

3.1. Cota única ou parcelada?

Em primeiro lugar é importante entender como o contribuinte decide por pagar seu carnê do IPTU. Em 2022, 44,79% do valor total pago foi por meio da cota única, fazendo jus ao desconto de 7% por pagar à vista.

Gráfico 3: Valor Arrecadado Cota Única X Parcelado

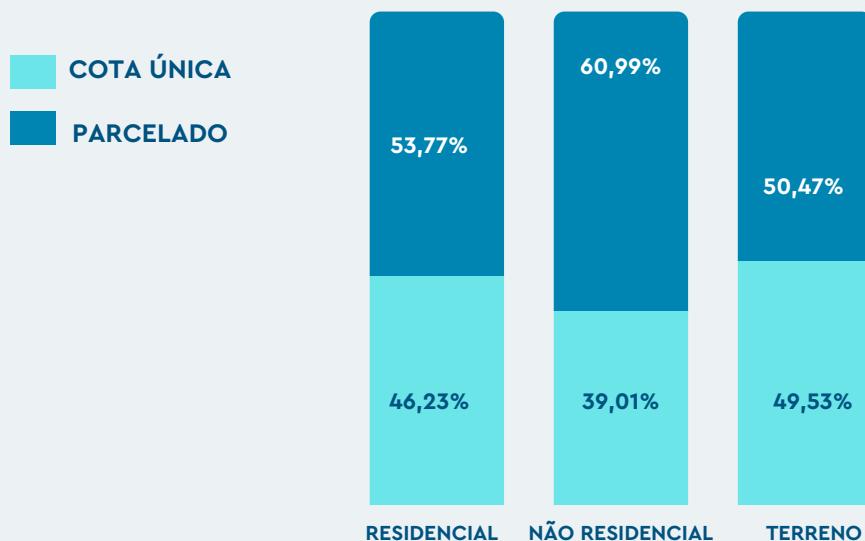


O valor total do desconto concedido foi, portanto, R\$126 milhões. Este benefício ao contribuinte reverte-se em dinheiro em caixa para a Prefeitura já em Fevereiro: R\$1,8 bilhão. Os outros 55,21% (R\$2,4 bilhões) foram pagos de forma parcelada ao longo do ano.

Como pode ser observado no gráfico 4, do universo de inscrições adimplentes, as inscrições imobiliárias de terrenos são as que proporcionalmente mais optam pelo pagamento em cota única (49,5%), seguidas das residenciais (46,2%) e não residenciais (39%).



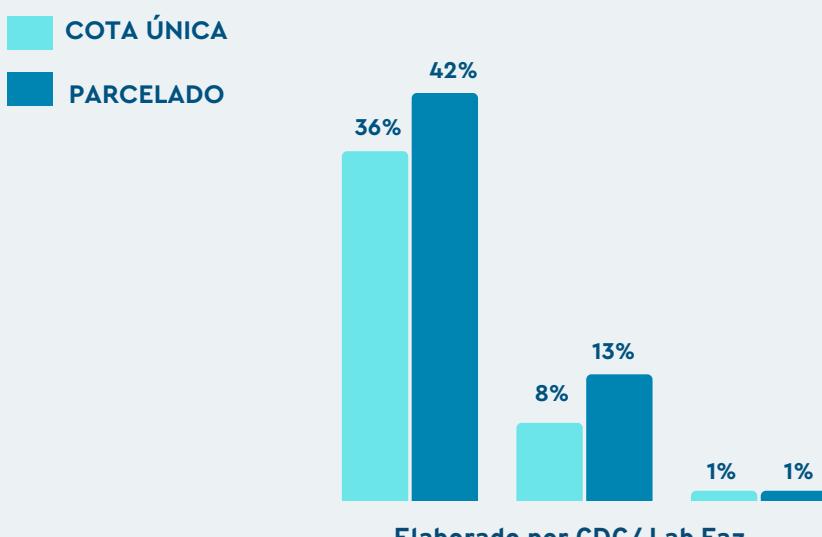
Gráfico 4: Taxa de Pagamento por Cota Única por Tipo



Elaborado por CDC/Lab.Faz

Porém, se olharmos para a distribuição por tipos do universo das inscrições adimplentes, veremos que sua maior parte em cota única está concentrada em inscrições do tipo residencial. Este tipo corresponde a 78% de todas as inscrições adimplentes.

Gráfico 5: Arrecadação de Cota Única e Parcelada dividida por tipo



Elaborado por CDC/ Lab.Faz



3.2. Faixas Financeiras

Para fins didáticos, trabalharemos com o valor aproximado de R\$6 bilhões para o valor total cobrado em 2022, R\$4,3 bilhões para o valor total arrecadado e R\$1,7 bilhão de valor inadimplente à data da extração da base.

No propósito de refinarmos a abordagem financeira sobre os dados do IPTU, criamos faixas de valores cobrados por inscrição. A escolha pela escala logarítmica serviu para facilitar a representação dos dados nos gráficos, uma vez que os intervalos entre os valores analisados não são constantes, variando significativamente em magnitudes. Esta escolha permitiu uma melhor visualização e a interpretação, de forma clara e eficaz, das variações encontradas nos valores do IPTU.

Tabela 3: Faixas de valores cobrados por inscrição

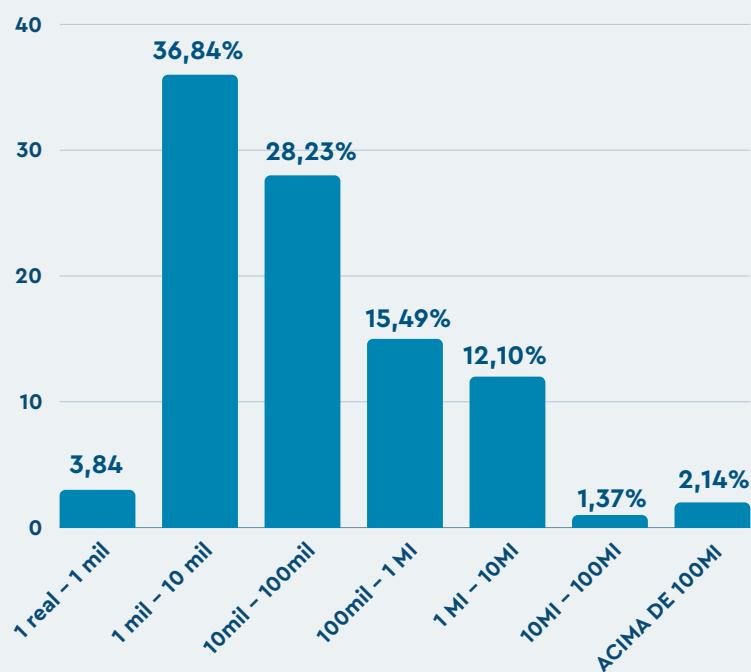
R\$ 1 – R\$ 1 mil
R\$ 1 – R\$ 10 mil
R\$ 10 mil – R\$ 100 mil
R\$ 100 mil – R\$ 1 milhão
R\$ 1 milhão – R\$ 10 milhões
R\$ 10 milhões – R\$ 100 milhões
Acima de R\$ 100 milhões

Elaborado por CDC/Lab.Faz



Após definirmos as faixas de valores (tabela 2) cobrados por inscrição, enxergamos o valor aproximado de R\$6 bilhões, ou seja, o total do valor cobrado nas guias de IPTU dividido entre elas (gráfico 6).

Gráfico 6: Valor cobrado dividido por faixas

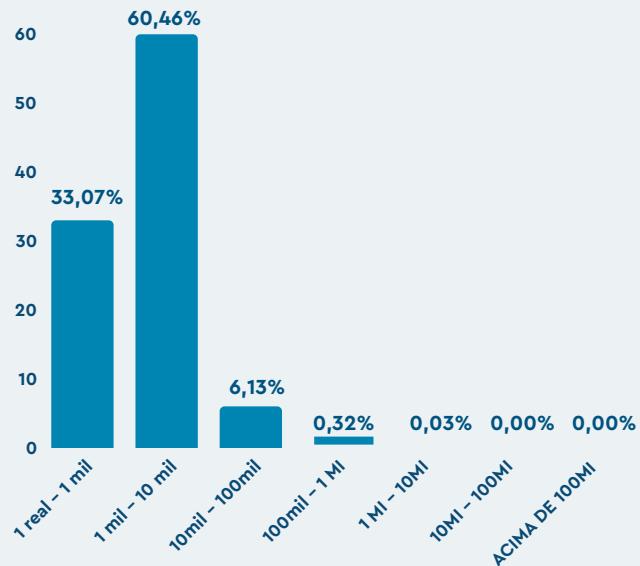


Elaborado por CDC/Lab.Faz

O mesmo foi feito com o universo de inscrições da cidade no gráfico 7. Notamos que a maior parte das inscrições (93,53%) está concentrada nas faixas entre 1 real e 10 mil reais. Somadas, essas inscrições representam 40,68% (Gráfico 6) do valor cobrado na cidade. A outra parcela deste, que corresponde a 59,32% do valor cobrado, corresponde à parcela de 6,46% das inscrições. Este grupo está entre as faixas acima de 10 mil reais.



Gráfico 7: Total de inscrições dividido por faixas de valor cobrado

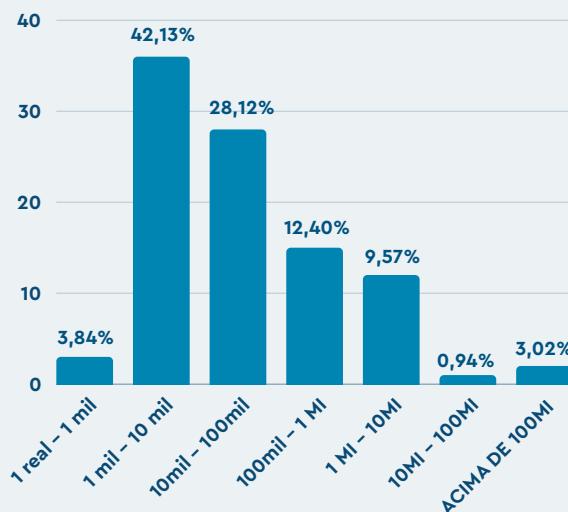


Elaborado por CDC/Lab.Faz

3.3. Universo da Arrecadação

Após definirmos as faixas de inscrição, aplicamos-nas ao universo da arrecadação. Este contabiliza o valor de R\$4,3 bilhões e soma o total de 899.599 inscrições. Ao aplicar a divisão das faixas ao universo da arrecadação, alcançamos o Gráfico 8.

Gráfico 8: Valor arrecadado dividido por faixas

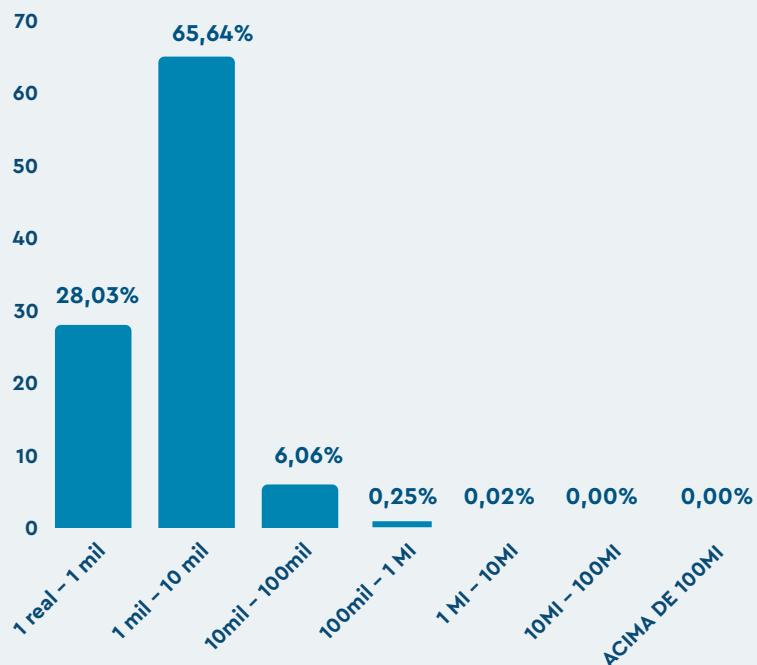


Elaborado por CDC/Lab.Faz



O mesmo foi feito com a quantidade de inscrições no Gráfico 9.

Gráfico 9: Inscrições Adimplentes divididas por faixas



Elaborado por CDC/Lab.Faz

Nota-se que a porcentagem arrecadada correspondente às inscrições entre R\$1 e R\$10 mil é 6,88 (em pontos percentuais) maior em relação às mesmas faixas do valor cobrado (Gráfico 6). O número de inscrições imobiliárias concentradas nesta faixa se mantém nos 93% (Gráfico 9), semelhante aos 93% encontrados no total de valor cobrado.

Já a porcentagem adimplente correspondente às inscrições nas faixas acima de R\$10 mil é 6,88 (em pontos percentuais) menor em relação ao valor cobrado (Gráfico 6), enquanto a porcentagem de inscrições é praticamente a mesma: 6,33% (Gráfico 9).



3.4. Qualificando tipologicamente

A qualificação tipológica, neste estudo, permite categorizar a inscrição imobiliária em tipo e uso. Para construir este eixo de análise, utilizamos a “tipologia” e a “utilização principal” dos imóveis. Tais nomenclaturas são caras à própria base e foram mantidas na análise. Apenas a nomenclatura “tipo” foi criada em virtude da nova categoria construída. A categoria “natureza” diz sobre a inscrição ser inscrita em CPF, CNPJ ou não identificado, que é chamada de sequencial.

Abaixo temos a tabela 4, a tabela 5 e a tabela 6 que mostram as qualidades de cada categoria.

Tabela 4: Natureza e Tipo das Inscrições

Natureza	Tipo
CPF	Residencial
CNPJ	Não Residencial
Sequencial	Terreno

Elaborado por CDC/Lab.Faz



Tabela 5: Tipologias das Inscrições

TIPOLOGIAS
Apart hotel
Apartamento
Armazém/Depósito
Casa
Cinema / Teatro
Clube
Colégio / Creche
Constr. Sec
Especial
Galpão
Garagem / Estacionamento
Hospital / Clínica
Hotel e Similar
Indústria
Loja
Loja Shopping
Quadra Esportes
Sala
Shopping
Telheiro
Terreno
Vaga Garagem

Elaborado por CDC/Lab.Faz



Tabela 6: Utilização Principal das Inscrições

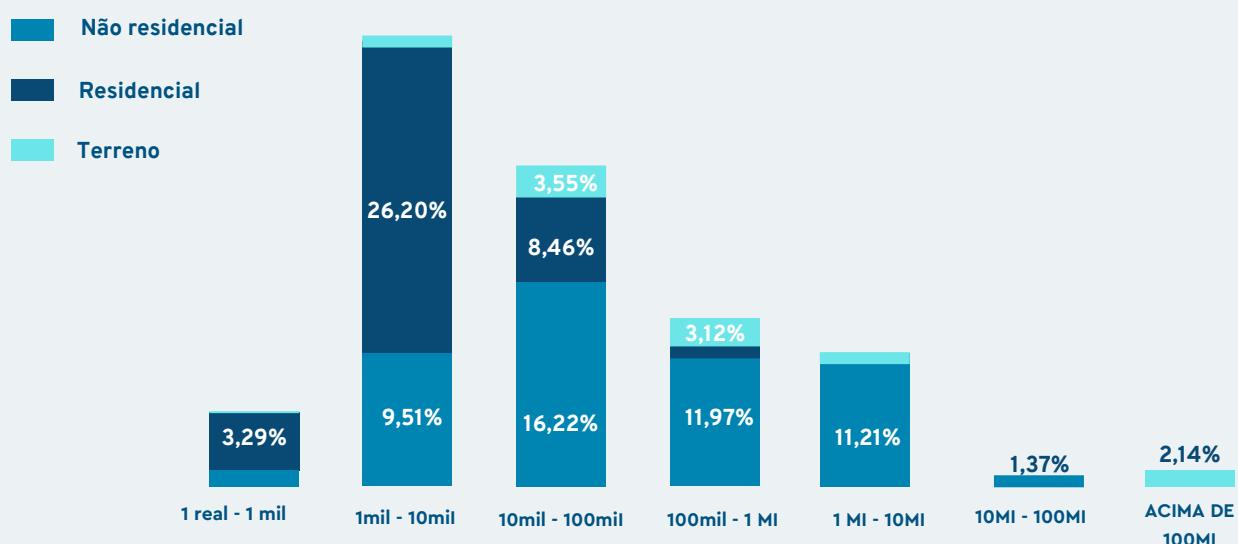
UTILIZAÇÃO PRINCIPAL
Armazém / Depósito
Assit. Social
Banco
Bar / Café / Lanchonete
Biblioteca
Casa de Saúde
Cinema / Teatro
Clínica
Clube / Ginásio
Colégio / Creche
Escritório
Garagem / Estacionamento
Hospital
Hotel
Hotel Residência
Indústria
Motel
Não Residencial
Oficina
Pensão / Hospedagem
Posto de Gasolina
Residencial
Restaurante
Supermercado
Templo

Elaborado por CDC/Lab.Faz



As categorias representadas nas tabelas compõem o eixo tipológico. Trata-se de uma camada analítica por meio da qual entenderemos melhor as faixas financeiras. O gráfico 10 mostra as porcentagem do valor cobrado por tipo e faixa:

Gráfico 10: Valor cobrado por tipos e faixas



Elaborado por CDC/Lab.Faz

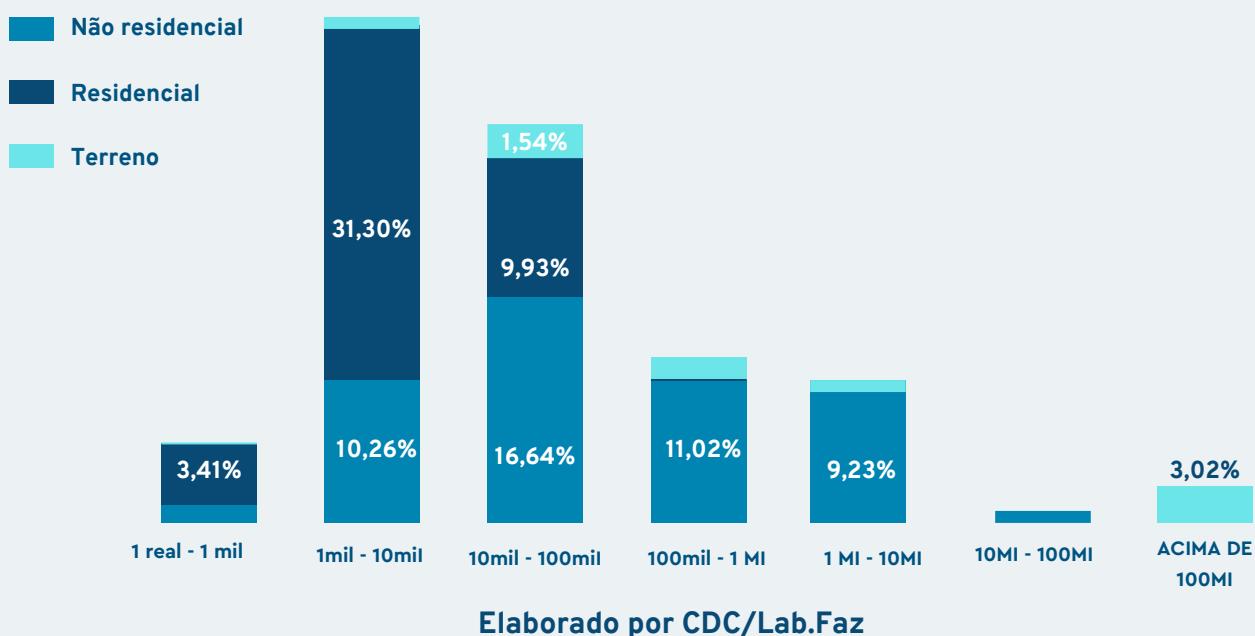
Nota-se que a maior parcela de cobrança (26,20%) corresponde às inscrições na faixa entre R\$1 e R\$10 mil do tipo residencial. A parcela é financeiramente expressiva no valor de toda cobrança de IPTU da cidade. Seu valor é de R\$ 1,56 bilhões. No universo desta parcela, 78,74% do valor é pago por inscrições tipificadas como “apartamento”. Isso significa que os apartamentos residenciais são responsáveis por 1 em cada 5 reais de IPTU cobrado pela Prefeitura no ano de 2022.

No Gráfico 11 observamos o universo específico da arrecadação sob o eixo tipológico. Nota-se que a parcela que corresponde à faixa entre R\$1 e R\$10 mil das inscrições residenciais permanece a maior entre a arrecadação. A importância da parcela na arrecadação aumenta 5,10% pontos percentuais em comparação à cobrança.



Dessa parcela, 81,77% são apartamentos. Em relação à cobrança, sua importância sobe 3,03 pontos percentuais.

Gráfico 11: Arrecadação por tipos e faixas



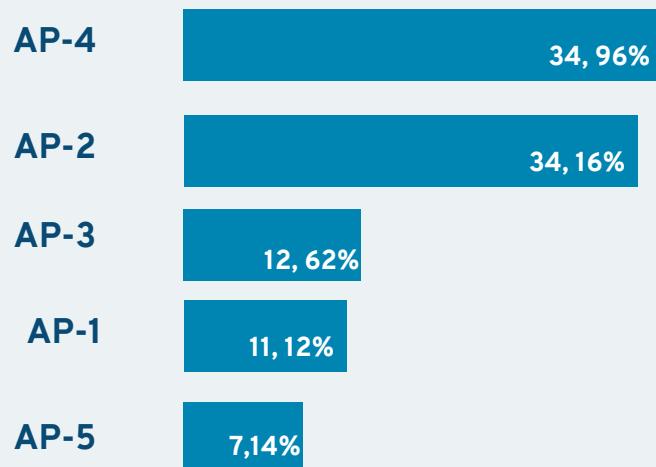
Elaborado por CDC/Lab.Faz

3.5. Territorializando

Após caracterizarmos tipologicamente cada faixa, a partir da cobrança e arrecadação, podemos territorializar os grupos destacados. Quando territorializamos o valor cobrado (R\$ 6 bilhões) por Área de Planejamento(AP), temos o Gráfico 12.



Gráfico 12: Cobrança por Área de Planejamento em relação ao total de valor cobrado na cidade

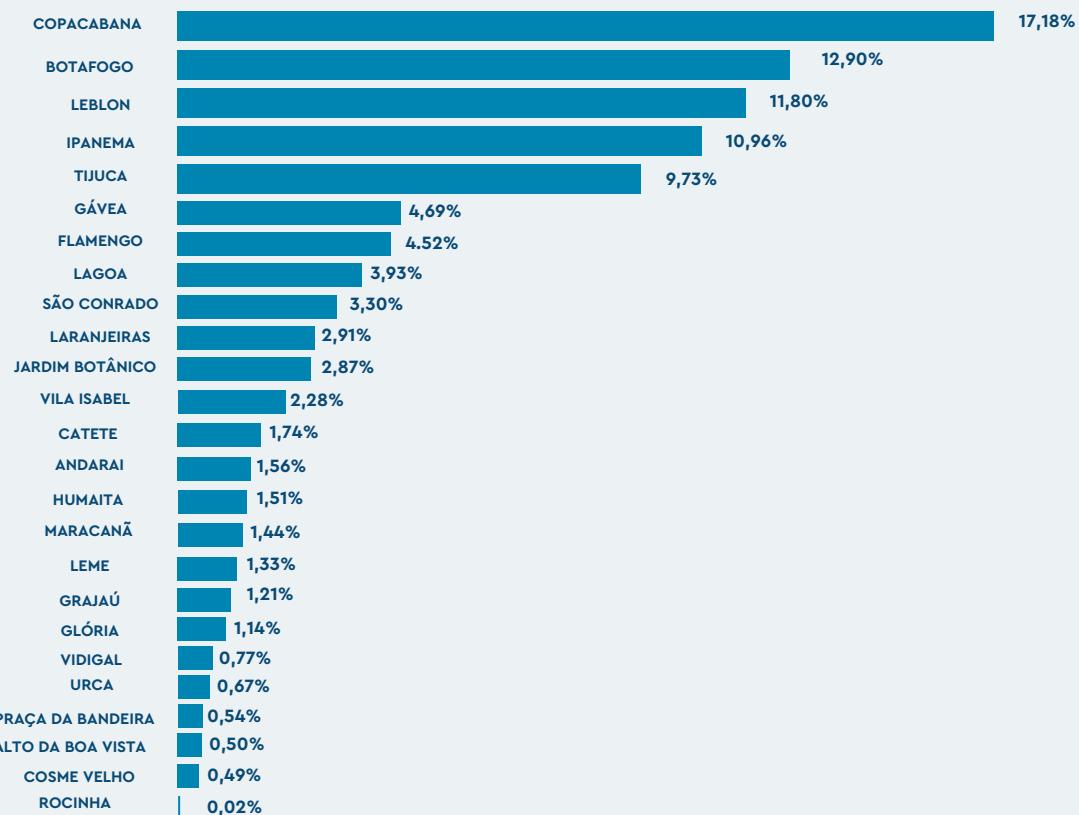


Elaborado por CDC/Lab.Faz

Do total cobrado, 69,12%, correspondente a R\$4,12 bilhões (Gráfico 12), estão concentrados nas AP4 e AP2. Cabe um olhar específico sobre cada uma dessas duas APs. Comecemos pela AP2 no Gráfico 13.



Gráfico 13: Distribuição percentual dos valores cobrados pelos bairros da AP2



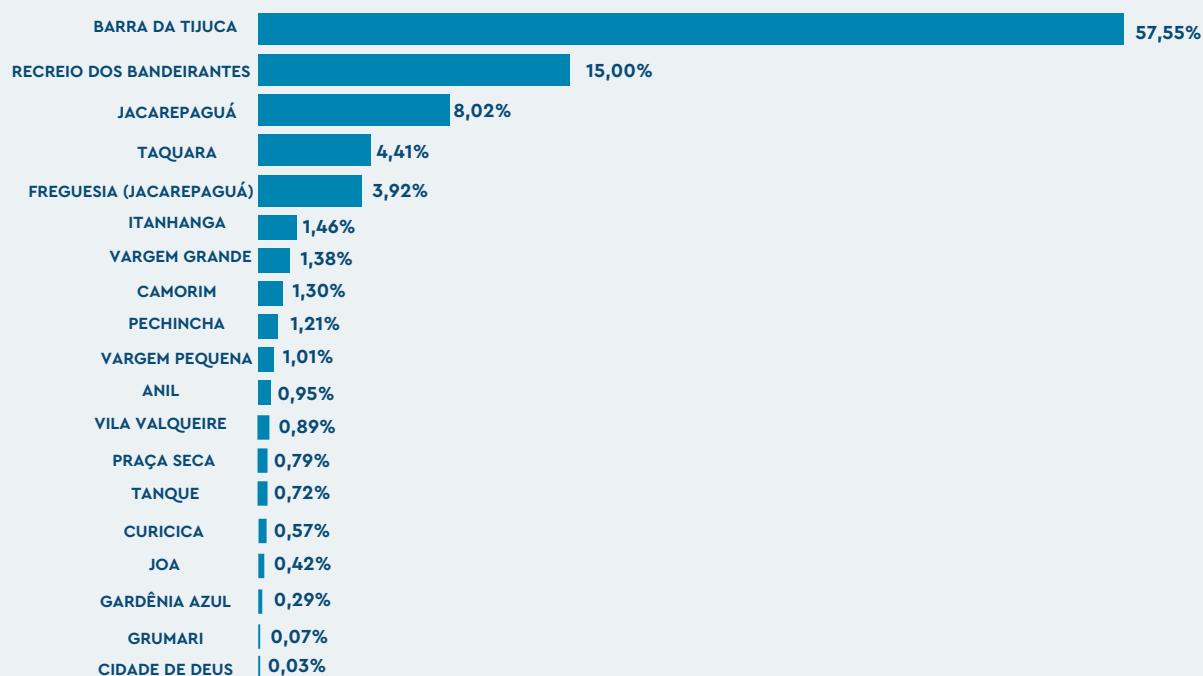
Elaborado por CDC/Lab.Faz

Nota-se que os quatro bairros de maior cobrança na AP2, Copacabana, Botafogo, Leblon e Ipanema somam 52,84% (R\$1,08 bilhões) de toda a cobrança da AP2. Ou seja, 1 em cada 6 reais cobrados de IPTU na cidade estão concentrados em apenas quatro bairros.

Ao olharmos para a AP4, o cenário é diferente (Gráfico 14).



Gráfico 14: Distribuição percentual dos valores cobrados pelos bairros da AP4



Elaborado por CDC/Lab.Faz

Enquanto na AP2, a metade do valor cobrado se divide em quatro bairros, na AP4, 57,55% (R\$1,02 bilhões) da cobrança está concentrada no bairro da Barra da Tijuca. Desta forma, 1 em cada 6 reais cobrados de IPTU na cidade estão concentrados na Barra da Tijuca. Ao somarmos com os principais bairros da AP2 vemos que 1 em cada 3 reais cobrados de IPTU em 2022 estavam concentrados em apenas 5 bairros: Barra da Tijuca, Copacabana, Botafogo, Leblon e Ipanema.

O papel da Barra da Tijuca no valor cobrado da cidade também é bastante significativo. O bairro representa 20,12% de toda a cobrança carioca.

Quando falamos de arrecadação, a Barra da Tijuca representa 20,85% (R\$897,55 milhões) de toda a arrecadação da cidade. Ou seja:



Figura 8: Barra X AP1

BARRA DA TIJUCA
ARRECADA
21,3%
MAIS
QUE O **DOBRO**
DA AP1



Elaborado por CDC/Lab.Faz

A arrecadação da Barra da Tijuca é mais que o dobro da arrecadação da AP1 (zona central da cidade).

Figura 9: Barra X AP3

BARRA DA TIJUCA
ARRECADA
21,3%

99% A MAIS QUE
80
BAIRROS

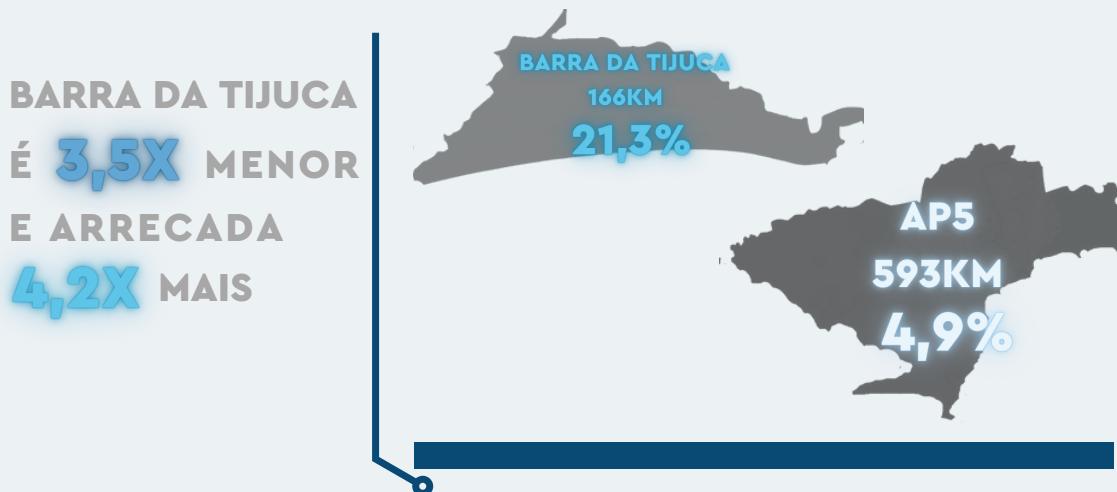
AP3
11,4%

Elaborado por CDC/Lab.Faz



A arrecadação da Barra da Tijuca é praticamente o dobro que a soma da arrecadação de todos os 80 bairros da AP3.

Figura 10: Barra X AP5



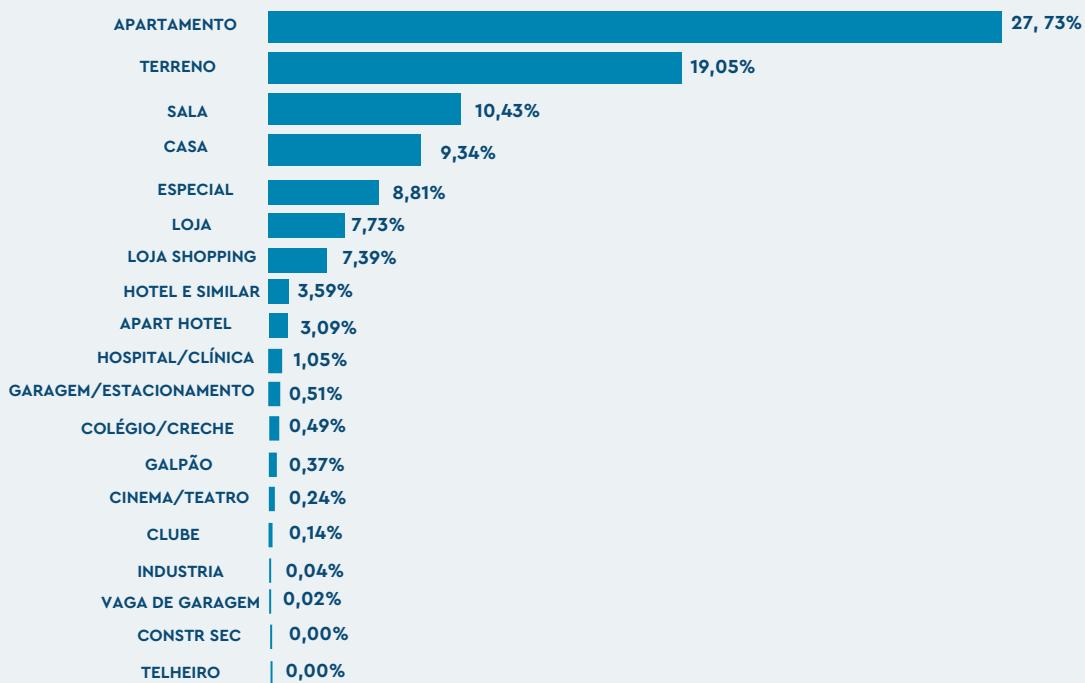
Elaborado por CDC/Lab.Faz

A arrecadação da Barra da Tijuca é mais de quatro vezes maior que a arrecadação da AP5, embora seu território seja mais de três vezes menor.

Se atentarmos às tipologias da Barra da Tijuca, veremos qual o perfil das inscrições que mais arrecadam no bairro.



Gráfico 15: Arrecadação da Barra da Tijuca por tipologias



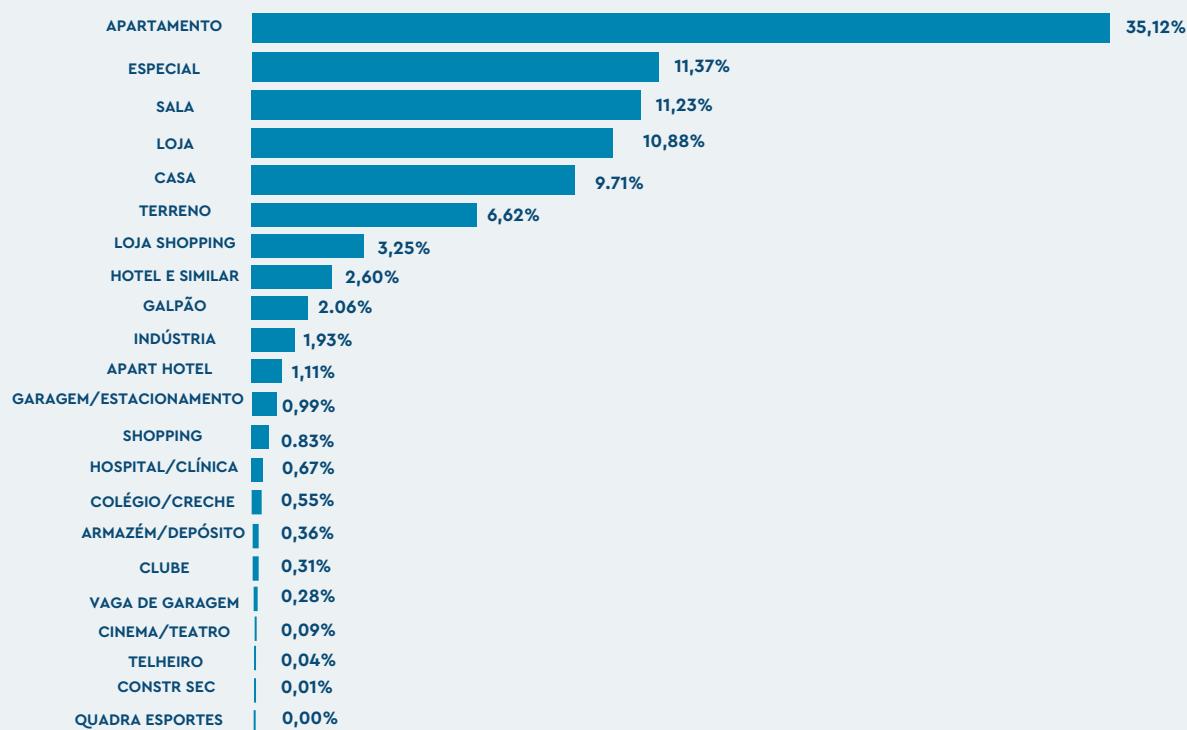
Elaborado por CDC/Lab.Faz

Ao somarmos os apartamentos, os terrenos e as salas adimplentes, tais tipologias representam 57,21% (R\$ 513,14 milhões) da arrecadação deste bairro.

A tipologia apartamento em toda a cidade corresponde a 35,12% (R\$1,48 bilhões) da arrecadação.



Gráfico 16: Arrecadação na cidade por tipologias

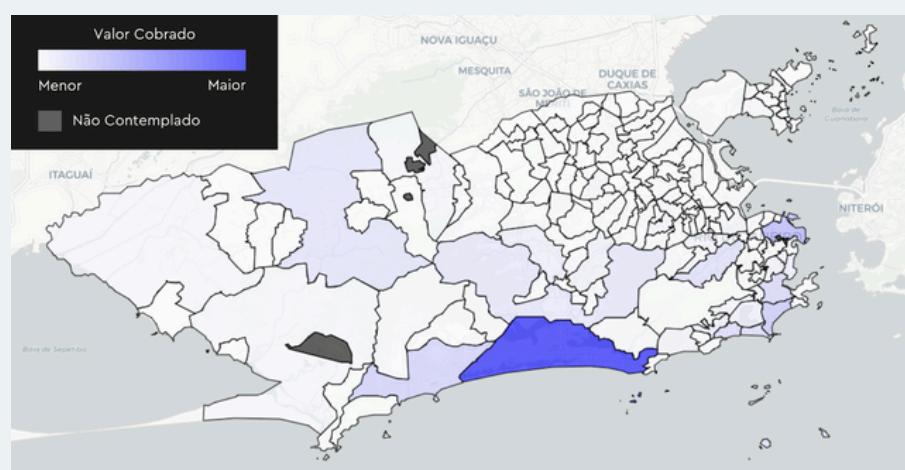


Elaborado por CDC/Lab.Faz

3.6. Mapas de cobrança e arrecadação

A seguir, observamos os mapas de valores cobrado e arrecadado .

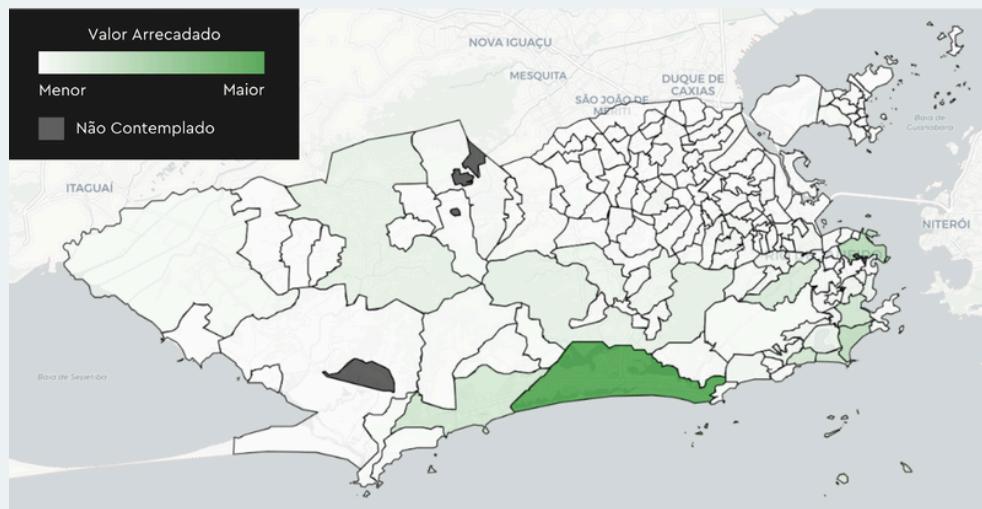
Mapa 1: Valor Cobrado



Elaborado por CDC/Lab.Faz



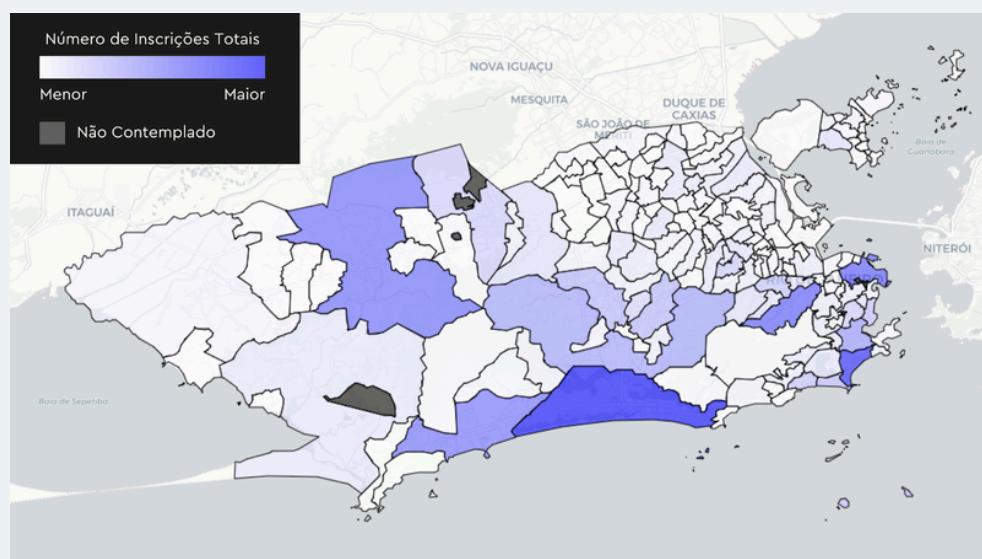
Mapa 2: Valor Arrecadado



Elaborado por CDC/Lab.Faz

Nota-se que os mapas são muito parecidos. Isto ocorre, pois eles estão contemplando valores absolutos. É, portanto, normal que os mapas de maior valor cobrado sejam também os bairros de maior arrecadação. Cabe analisarmos também o mapa de inscrições totais.

Mapa 3: Inscrições Totais



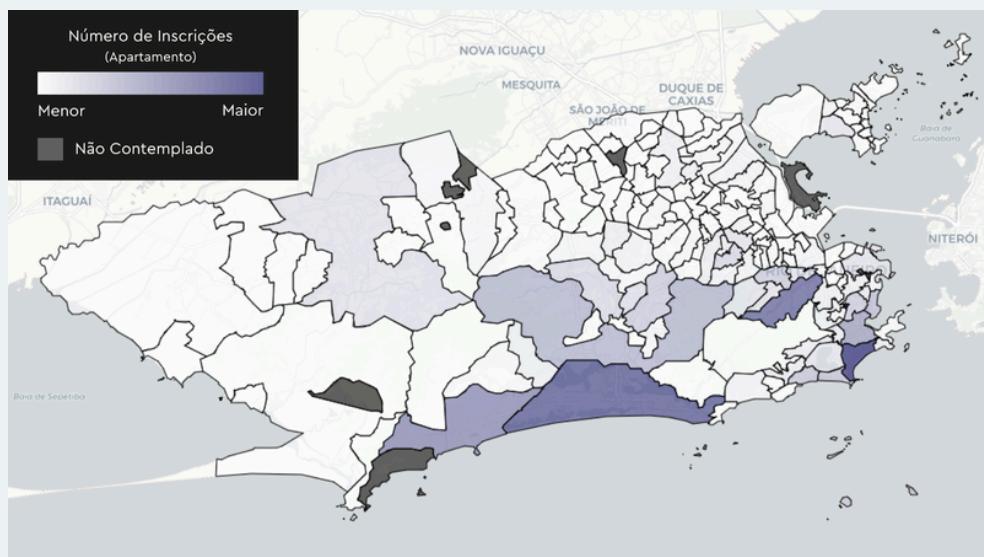
Elaborado por CDC/Lab.Faz



O destaque da Barra da Tijuca fica evidente nos três mapas. É um bairro bastante valorizado, com o maior número de inscrições, maior valor total cobrado e maior valor total arrecadado. O número total de inscrições da Barra da Tijuca é 96976, seu valor total cobrado é de R\$1,2 bilhões, enquanto o total arrecadado é de R\$897,5 milhões.

3.7. Mapas de inscrições por tipologias

Mapa 4: Inscrições de Apartamento



Elaborado por CDC/Lab.Faz

Ao atentarmos apenas para as inscrições de apartamento (Mapa 7), vemos que, entre os 10 bairros com mais inscrições, 8 estão entre os 10 bairros de maior arrecadação (não contemplando Centro e Campo Grande, como no Gráfico 18).



Gráfico 17: Soma de Inscrições de Apartamento por Bairro

Soma das Inscrições de Apartamento por bairro



Elaborado por CDC/Lab.Faz

Gráfico 18: Soma de Valor Arrecadado Por Bairro



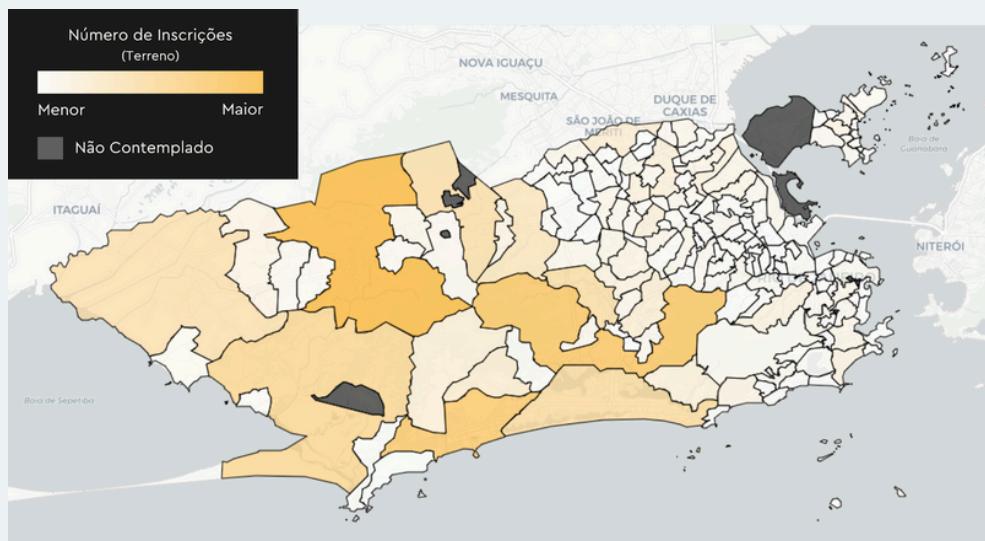
Elaborado por CDC/Lab.Faz



Ou seja, existe uma correlação entre inscrições de apartamentos e os lugares que mais arrecadam na cidade.

Quando olhamos para o número de inscrições de terrenos, notamos um deslocamento das cores para a zona oeste, evidenciando seu aspecto de fronteira imobiliária, ou seja, região para onde a cidade vem crescendo.

Mapa 5: Inscrições de Terreno

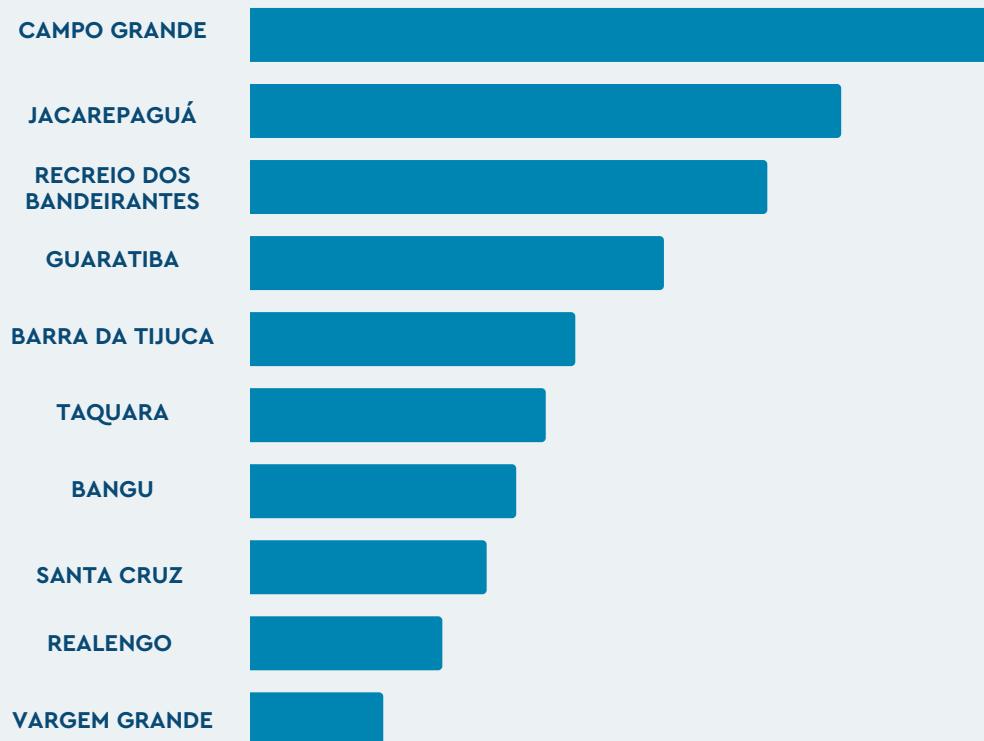


Elaborado por CDC/Lab.Faz

Todos os dez bairros com mais inscrições de terreno estão localizados na zona oeste, como mostrado no Gráfico 19.



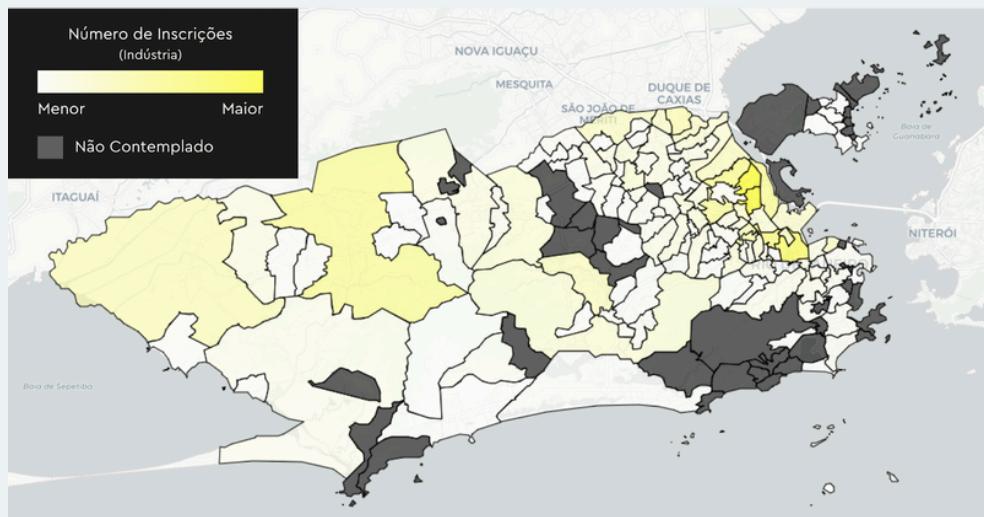
Gráfico 19: Inscrições de Terreno Por Bairro



Elaborado por CDC/Lab.Faz



Mapa 6: Inscrições de Indústria



Elaborado por CDC/Lab.Faz

Ao olharmos os números de inscrições de indústrias, vemos que as cores mais fortes vão acompanhando a Avenida Brasil. Dos dez bairros com mais inscrições de indústrias, oito são atravessados pela Avenida Brasil (exceto Inhaúma e Jacaré).



Gráfico 20: Inscrições de Indústria Por Bairro

Soma de Inscrições de Indústria por bairro



Elaborado por CDC/Lab.Faz



4. PERFIL DE LOCALIDADE

Organizar as informações da forma como fizemos também nos permitiu a construção do perfil de localidade. Construímos cartões que reúnem uma série de informações capazes de categorizar uma localidade (cidade, Área de Planejamento ou bairro) a partir de sua realidade fiscal vinculada ao IPTU.

O perfil de localidade contém o valor cobrado, o total de inscrições e o preço médio de inscrição. Mostra também o valor cobrado dividido por faixas, tipo e tipologia. Na figura 17 temos um card feito para a cidade do Rio de Janeiro enquanto escala de análise.



Figura 11: Cartão Perfil da Cidade



Elaborado por CDC/Lab.Faz

Após construirmos o perfil da cidade, para fins deste relatório, apresentamos, para cada Área de Planejamento, os perfis dos três bairros mais relevantes em valor financeiro na cobrança do IPTU, totalizando 15 perfis de bairros.



Área de Planejamento 1

Figura 12: Cartão Perfil do Centro



Elaborado por CDC/Lab.Faz

Figura 13: Cartão Perfil de São Cristóvão



Elaborado por CDC/Lab.Faz



Figura 14: Cartão Perfil da Cidade Nova



Elaborado por CDC/Lab.Faz

Área de Planejamento 2

Figura 15: Cartão Perfil de Copacabana



Elaborado por CDC/Lab.Faz

Figura 16: Cartão Perfil de Botafogo



Elaborado por CDC/Lab.Faz

Figura 17: Cartão Perfil do Leblon



Elaborado por CDC/Lab.Faz

Área de Planejamento 3

Figura 18: Cartão Perfil do Méier



Elaborado por CDC/Lab.Faz

Figura 19: Cartão Perfil do Cachambi



Elaborado por CDC/Lab.Faz

Figura 20: Cartão Perfil de Madureira



Elaborado por CDC/Lab.Faz

Área de Planejamento 4

Figura 21: Cartão Perfil da Barra da Tijuca



Elaborado por CDC/Lab.Faz

Figura 22: Cartão Perfil do Recreio dos Bandeirantes



Elaborado por CDC/Lab.Faz

Figura 23: Cartão Perfil de Jacarepaguá



Elaborado por CDC/Lab.Faz



Área de Planejamento 5

Figura 24: Cartão Perfil de Campo Grande



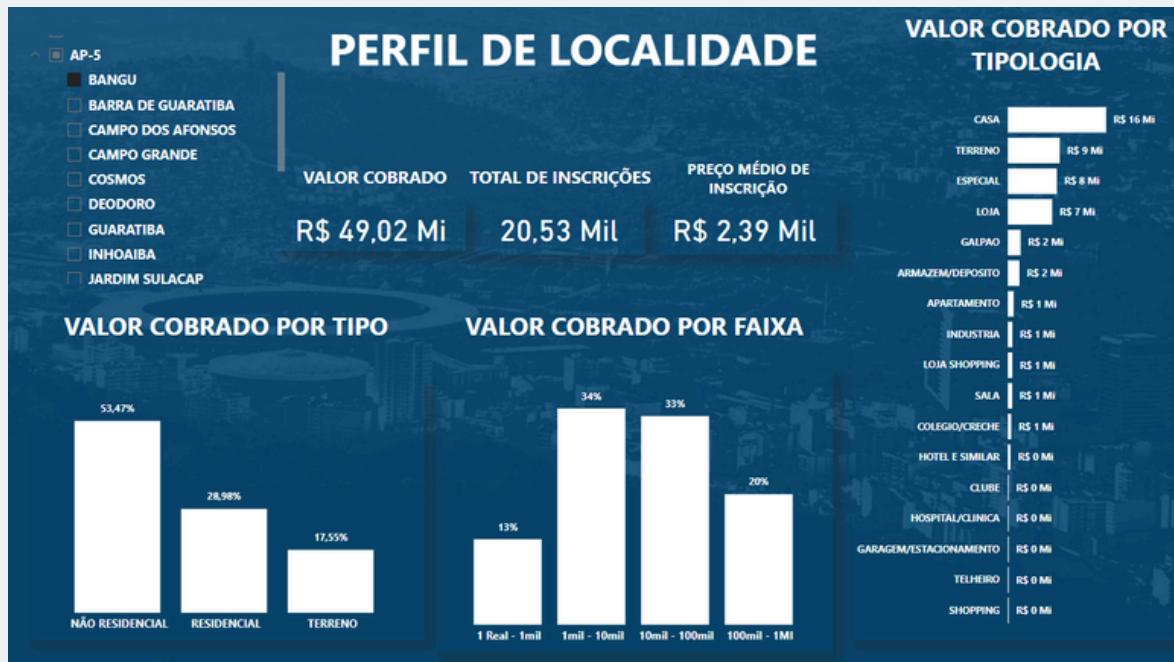
Elaborado por CDC/Lab.Faz

Figura 25: Cartão Perfil de Santa Cruz



Elaborado por CDC/Lab.Faz

Figura 26: Cartão Perfil de Bangu



Elaborado por CDC/Lab.Faz



5. CONCLUSÃO

O estudo abrangente sobre os dados do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) no município do Rio de Janeiro construiu uma visão multifacetada sobre a realidade fiscal da cidade. Ao longo do processo de análise, exploramos três eixos principais: financeiro, tipológico e territorial, fornecendo insights valiosos para compreender melhor a dinâmica do IPTU no município.

No eixo financeiro, examinamos a arrecadação do IPTU por faixas de valores, caracterizando as faixas mais baixas como mais volumosas em inscrições, enquanto as mais altas com menos inscrições. Essa análise demandou um olhar mais detalhado sobre tais faixas, o qual se traduziu na implementação de mais uma camada analítica.

Ao acionarmos o eixo tipológico, notamos que as primeiras faixas compõem a maioria dos imóveis residenciais, enquanto as outras faixas compõem imóveis não residenciais e terrenos.

Restou assim um eixo para levar as análises financeiras e tipológicas ao chão da cidade do Rio de Janeiro. Quando territorializamos essas informações, entendemos como o valor dos impostos do IPTU se distribui no espaço da cidade em duas escalas: bairros e áreas de planejamento.

Mostramos também a criação de um painel de análise o qual proporcionou uma interação intuitiva para explorar os dados do IPTU, facilitando a visualização de perfis, a identificação de nichos específicos para diferentes políticas públicas e nas tomadas de decisões.



Também foi pelo painel que criamos o perfil de localidade. Por fim, a definição de perfis de análise permitiu uma segmentação mais refinada dos contribuintes e dos imóveis, que abre possibilidade do refinamento de estratégias e políticas tributárias por território, para além dos valores monetários.

Em resumo, este estudo oferece, principalmente, novas perspectivas para análises e tomadas de decisão sobre o imposto na cidade. Trata-se de um desenho singular feito com os dados do IPTU no intuito de alinhar a produção da cidade com a realidade socioeconômica do município do Rio de Janeiro. Em outras palavras, estamos falando da criação de ferramentais técnicos e teóricos inéditos para a gestão carioca. Trata-se, portanto, de um primeiro passo importante diante de um universo imensurável e em constante movimento que precisa ser navegado com ciência e consciênciа.



6. REFERÊNCIAS

- 1 Texto original obtido em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/atos/alv/1808/alv-27-6-1808.htm, consultado em 28/12/2023.
- 2 Disponível em <https://controladoria.prefeitura.rio/wp-content/uploads/sites/29/2024/04/Livro-Oficial-da-PC-2023-Versao-Internet.pdf>. Acesso em 16/04/2024. Apenas como informativo, o de 2023 já está na página da CGM.
- 3 Disponível em <https://controladoria.prefeitura.rio/wp-content/uploads/sites/29/2024/04/Livro-Oficial-da-PC-2023-Versao-Internet.pdf>. Acesso em 16/04/2024. Apenas como informativo, o de 2023 já está na página da CGM.
- 4 Disponível em <https://controladoria.prefeitura.rio/wp-content/uploads/sites/29/2024/04/Livro-Oficial-da-PC-2023-Versao-Internet.pdf>. Acesso em 16/04/2024. Apenas como informativo, o de 2023 já está na página da CGM.
- 5 Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/noticia/2024/03/30/corredor-que-liga-18-bairros-brt-transbrasil-comecou-a-funcionar-na-manca-desta-sabado.ghtml>. Acesso em 30/03/2024.
- 6 Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/economia/audio/2023-05/bndes-vai-investir-r-1-bilhao-no-transporte-publico-carioca>. Acesso em 22/05/2023.
- 7 Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2023/09/05/prefeitura-do-rio-comeca-construcao-do-parque-piedade-no-local-onde-ficava-a-universidade-gama-filho.ghtml>. Acesso em 05/09/2023.
- 8 A lista isenções é vasta e está prevista nesta página do carioca.rio: <https://carioca.rio/servicos/iptu-reconhecimento-de-imunidade-isencao-e-nao-incidencia/#:~:text=Nos%20termos%20do%20artigo%205%C2%BA,a%20R%24%2074.471%2C00>.
- 9 Áreas de planejamento são divisões administrativas feitas para facilitar a gestão pública e o planejamento urbano. Elas organizam a administração. Cada área de planejamento é composta por um conjunto de bairros com características socioeconômicas e urbanísticas relativamente parecidas, possibilitando uma abordagem mais direcionada para o desenvolvimento urbano, os serviços prestados e a implementação de políticas públicas.

EQUIPE IPTU EM DADOS

EQUIPE DO PROJETO IPTU EM DADOS

Daniel Levacov
Jorge Marcelino
Marcela Lima
Maria Clara Muniz
Pedro Arias
Pedro Zaidan
Rafaela Bastos
Sergio Bastos

COMUNICAÇÃO E DESIGN DO PROJETO IPTU EM DADOS

Flávia Santos
Raquel Gomes
João Vitor Ramos
Bruna Silva
Lucas Simões

INSTITUTO FUNDAÇÃO JOÃO GOULART

PREFEITO

Eduardo Paes

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE FAZENDA E PLANEJAMENTO

Andrea Senko

PRESIDENTE DO INSTITUTO FUNDAÇÃO JOÃO GOULART

Rafaela Bastos

COORDENADOR DE DADOS E COMPORTAMENTO | NUDGERIO | LAB.FAZ

Pedro Arias Martins

ASSESSORES

Jorge Marcelino

Marcela Lima

Pedro Zaidan

ESTAGIÁRIOS

Daniel Levacov

COORDENADOR DE CAPACITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

Rafael Costa

COORDENADORA DE GESTÃO DE LIDERANÇAS

Bárbara do Nascimento

COORDENADOR DE DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS E TRANSVERSALIDADE

André Appariz

COMUNICAÇÃO E BRANDING

Flávia Santos